

Gínia Maria Gomes
[Org.]

**NARRATIVAS BRASILEIRAS
CONTEMPORÂNEAS
MEMÓRIAS DA
REPRESSÃO**



Editora Polifonia

Porto Alegre, 2020

Todos os direitos desta edição reservados à organizadora.

Edição e diagramação

Débora Luciene Porto

Revisão

William Moreno Boenavides e Débora Luciene Porto

Imagem da capa

Comissão Nacional da Verdade

Texto revisado segundo o novo acordo da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M111 Mobilidade e resistência na literatura brasileira contemporânea / organizado por Gínia Maria Gomes - Porto Alegre: Polifonia, 2020.

256p. ; 14X21cm. - ISBN: 978-65-87420-01-1

1. Literatura Brasileira - História 2. Crítica Literária
I. Gínia Maria Gomes, org.

CDD B869.09

Bibliotecária Alexandra Naymayer Corso - CRB10/1099

A Editora Polifonia (www.editorapolifonia.com.br), empresa contratada para edição e diagramação do livro, não se responsabiliza civil ou criminalmente pelo conteúdo e pelas opiniões expressas nos artigos.

Conselho Editorial

Eurídice Figueiredo
(UFF/CNPq)

Gínia Maria Gomes
(UFRGS)

Jaime Ginzburg
(USP/ CNPq)

Maria Zilda Ferreira Cury
(UFMG/CNPq)

SUMÁRIO

- O ROMANCE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: AS RUÍNAS DE UM PASSADO TRAUMÁTICO** 7
Gínia Maria Gomes
- UM ROMANCE DE GERAÇÃO: O FANTASMA DE LUIS BUÑEL, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA** 19
Eurídice Figueiredo
- NON HABEAS CORPUS: DIREITO AO CORPO NA FICÇÃO DE BERNARDO KUCINSKI** 39
Maria Zilda Cury
- A HISTÓRIA (NÃO) ACABOU: ALGUMAS NOTAS SOBRE AINDA ESTOU AQUI, DE MARCELO RUBENS PAIVA** 63
Cristiane da Silva Alves
- MEMÓRIAS DE UMA “GUERRA SUJA” EM PALAVRAS CRUZADAS, DE GUIOMAR DE GRAMMONT** 85
Sheila Katiane Staudt
- EXÍLIO E DESERÇÃO EM AZUL CORVO, DE ADRIANA LISBOA** 111
Helena Bonito C. Pereira
- À SOMBRA DA DITADURA: TORTURA E EXÍLIO EM MULHERES QUE MORDEM, DE BEATRIZ LEAL** 133
Gínia Maria Gomes

ENTRE DESAPARECIDOS E DELADORES: CABO DE GUERRA, DE IVONE BENEDETTI, E NOSSA CONTEMPORANEIDADE	159
Juliane Vargas Welter	
DE MIM JÁ NEM LEMBRA, DE LUIZ RUFFATO: ENTRE A HISTÓRIA E O ESQUECIMENTO	175
Maria Rosa Duarte de Oliveira	
REMINISCÊNCIAS DE UMA VIDA INDIVIDUAL EIVADA DE ANSEIOS COLETIVOS: VOLTO SEMANA QUE VEM, DE MARIA PILLA	195
Luciana Coronel	
EM NOME DOS PAIS, DE MATHEUS LEITÃO: UM RELATO (PÓS) MEMORIAL CONTRA O ESQUECIMENTO	211
Sandra Assunção	
A RESISTÊNCIA, DE JULIÁN FUKS, UM ROMANCE COM DUPLA CIDADANIA	241
Karina de Castilhos Lucena	
A URGÊNCIA DA FICÇÃO, A IMPUREZA DO MINUTO: NOTAS DE LEITURA SOBRE ESSA GENTE, DE CHICO BUARQUE	259
Antônio Marcos Sanseverino	
TEMPOS DE “RAÇÃO HUMANA” EM A NOVA ORDEM, DE BERNARDO KUCINSKI	287
Jaime Ginzburg	
SOBRE OS AUTORES	309
ÍNDICE REMISSIVO	315

O ROMANCE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: AS RUÍNAS DE UM PASSADO TRAUMÁTICO

**GÍNIA MARIA GOMES
(UFRGS)**

Esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa.
Jeanne Marie Gagnebin

Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras.
Maria Rita Kehl

Os fantasmas do passado continuam nos assombrando. Uma anistia que se estendeu aos torturadores não permitiu um acerto de contas, uma vez que os responsáveis por crimes hediondos não foram punidos. Contrariamente ao que aconteceu a outros países da América Latina, como Argentina e Chile, que puniram militares do primeiro escalão, no Brasil ocorreu uma tentativa de apagamento das barbáries dos anos de chumbo. Aqui, os crimes foram “esquecidos”, e, sem ter havido pedido de perdão, essa impunidade generalizada

do valor dos que sacrificaram suas vidas, precocemente eliminadas por assassinato, machucadas fisicamente pela tortura ou esgotadas emocionalmente pelos golpes que lhes foram infligidos.

Como depositária da memória cultural de uma nação e forma de expressão artística, a literatura cumpre seu duplo papel de vivificar, reinterpretar e rememorar o passado e de iluminar o presente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Muniz PUNTAR, Luiza. Deslocamentos espaciais e identitário-afetivos em *Azul corvo*. *REVELL, Revista de Estudos Literários da UEMS*, 2016, Issue 13.

BRAUCKS, Noraci Cristiane Michel; BARZOTTO, Leoné Astride. Mobilidades culturais em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa. *Raído*, 01 January 2016, Vol.9(20).

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Gínia Maria. A experiência transformadora da viagem em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa. *Século XXI: perspectivas para a literatura brasileira*. Frederico Westphalen (RS): URI, 2015.

LISBOA, Adriana. *Azul corvo*. São Paulo: Alfaguara, 2014.

PAJOLLA, Alessandra Dalva de Souza. Bastardos e órfãos contemporâneos: a arqueologia da infância nos romances de filiação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2015, Issue 46.

PEREIRA, Helena Bonito. Breves apontamentos para a história literária brasileira. In: PEREIRA, Helena Bonito. (Org.) *Novas leituras da ficção brasileira no séc. XXI*. São Paulo: Mackenzie, 2011.

REIS, Carlos. *Dicionário de estudos narrativos*. Coimbra: Almedina, 2018.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Eduesp, 2010.

ROCHA, Renata Rocha. “A realidade obedecia a uma outra escala”: realismo afetivo em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa. *Alea: Estudos Neolatinos*, 2019, Vol.21(1),

VILA, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira*. A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

EXÍLIO EM *MULHERES QUE MORDEM*, DE BEATRIZ LEAL¹

Gínia Maria Gomes
(UFRGS)

A Argentina forneceu uma das imagens mais aterradoras desta catástrofe social: o sequestro de crianças filhas de desaparecidos políticos. Porque a morte física só não basta. Faz-se necessário apagar os traços, impedir que aqueles capazes de portar a memória das vítimas nasçam. E a pior forma de impedir isto é entregando os filhos das vítimas aos carrascos. O desaparecimento deve ser total, ele deve ser objeto de uma solução definitiva. Não são apenas os corpos que desaparecem, mas os gritos de dor que têm a força de cortar o contínuo da história.

Vladimir Safatle

INTRODUÇÃO

Mulheres que mordem é o romance de estreia de Beatriz Leal. Com ele, a autora foi finalista do Prêmio Jabuti de Literatura (58ª edição),

¹ Este ensaio foi escrito durante o período do Estágio pós-doutoral (agosto de 2019 a agosto de 2020), realizado na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3.

o que lhe deu grande visibilidade, oportunizando-lhe inúmeras entrevistas. Em uma delas, Leal (2017) relata que a ideia do romance surgiu da leitura de um artigo do *The New Yorker*, sobre as Avós da Praça de Maio, que procuravam seus netos sequestrados por militares e adotados por eles ou por simpatizantes do regime após o assassinato das mães. Sensibilizada pela história, “Entrei no site das *abuelas*. E toda a minha pesquisa foi nesse site. Fui à gráfica e imprimir a história de todas as *abuelas*, de todos os netos encontrados. E são muitas histórias” (LEAL, 2017).

O romance está centrado em quatro mulheres, quatro mordidas: Elena mordida os alimentos e contava o número de mordidas; Rosa roía as unhas; Clara mordida os lábios durante as sessões de tortura; e “Laura morde as escovas de dentes” (LEAL, 2015, p. 43). Todas essas mulheres estão inter-relacionadas: uma mãe biológica torturada, uma mãe adotiva, uma avó e uma filha/neta, que nada sabe de sua condição. Cada uma dessas vozes foi construída de forma diferente, o que se enquadra no projeto da escritora: “Então organizei: a Elena vai ser terceira pessoa, no passado. A Laura no presente. A Rosa vai ser em primeira pessoa. No início ia ser um diário, mas eu pensei que ia ser mais legal se ela estivesse conversando com alguém, então veio a carta. E a última, a Clara [...]. Aí me veio a história de botar na boca do torturador dela” (LEAL, 2017).

Essas histórias, que se passam em diferentes tempos, se cruzam e oferecem ao leitor a possibilidade de remontá-las. São histórias que têm como elo a ditadura argentina (1976-1983), que atingiu essas mulheres. Elena é esposa do militar que recebeu uma criança em adoção. Rosa é a mãe que procura a filha desaparecida; ao saber que ela concebeu, ela inicia a busca pela neta. Clara é a militante desaparecida e submetida à tortura. Laura é o elo entre essas mulheres: filha de Clara, adotada por Elena e neta de Rosa. No romance, descobrem-se algumas faces dessa ditadura: tortura, desaparecimento, adoção e exílio. São essas faces que este ensaio irá recobrir.

A DESUMANIZAÇÃO DO TORTURADO

Em *Mulheres que mordem* a tortura e alguns outros aspectos da ditadura militar argentina são apresentados na voz de Ramiro, marido de Elena. Ele é mostrado em sessões de terapia, que se realizam durante dois meses, mais precisamente entre 6 de junho e 15 de agosto de 1992. Devido a esse artifício, sua fala tem a fragmentação como principal característica. Em decorrência disso, alguns dados sobre a ditadura a que ele se refere são apenas tangenciados, ainda assim, eles são perfeitamente compreensíveis, porque alicerçados em fatos históricos, que podem ser facilmente complementados.

Na primeira sessão, ao ser questionado sobre as razões de ele ter buscado terapia, responde: “*Porque um colega recomendou. Disse que todos estão fazendo. Que pode ajudar a reduzir a pena no caso de um julgamento*” (LEAL, 2015, p. 23, grifos da autora). Na quinta sessão, ele retoma mais uma vez a questão: “*Eu não quero ser julgado, não quero ser preso, mas foda-se também*” (LEAL, 2015, p. 77). Ramiro não dá maiores esclarecimentos, mas a um breve olhar para essa época, logo se toma conhecimento de que depois da queda do governo militar começaram a acontecer os julgamentos. Em 09 de dezembro de 1985 foram condenados cinco militares, entre eles o General Jorge Rafael Videla, punido com a prisão perpétua. No entanto, à época das sessões já haviam sido aprovadas leis que anistiam os militares comprometidos com a repressão. Mesmo que essas leis estivessem em vigor, não foram suficientes para afastar os fantasmas que o assombram. Apesar de morar no Brasil, para onde se mudou quando Laura tinha dez anos, e de a lei de anistia ter sido promulgada, a possibilidade do julgamento parece pairar sobre ele.

Ramiro é um torturador. Ao especificar que essa era sua função, ele esclarece que cada segmento tinha uma incumbência, deixando claro que a sua não era matar, atribuição conferida a outros:

Minha função era torturar. Havia uns milicos que pilotavam helicópteros. Aqueles que atiravam os caras ao mar.

Tinha os que fuzilavam. Minha especialidade era conseguir informações. Fui recomendado para atuar na operação pelo pessoal da inteligência. (LEAL, 2015, p. 51, grifos da autora)

Jogar as pessoas ao mar e fuzilar eram práticas recorrentes. Ramiro pertencia ao grupo da inteligência, que tinha como tarefa conseguir informações dos presos. Em uma das sessões, ele afirma que auferia imenso prazer em obter essas informações, sobretudo quando se tratava de mulheres, “que normalmente resistem mais que os homens” (LEAL, 2015, p. 79). Nesse sentido, matar fugia de sua alçada, porém a tortura era imprescindível para o êxito dos seus objetivos: obter informações com vistas a “capturar outras pessoas, armamentos ou qualquer coisa que pudesse ser útil para as tarefas de contrainsurgência.” (CALVEIRO, 2013, p. 46). O próprio Ramiro justifica que “A parte da violência física era um efeito colateral. A parte chata e burocrática, que todo trabalho tem” (LEAL, 2015, p. 52, grifos da autora). Percebe-se em sua fala um tom de contrariedade, como se ele se visse obrigado a essas práticas. A tortura, não obstante ser parte integrante do seu trabalho, não lhe era agradável. Inclusive ele afirma que invejava os colegas que obtinham prazer em aplicar esses métodos, porque, nesse caso, ele “sofreria menos” (LEAL, 2015, p. 52, grifos da autora). Apesar dessa ressalva, ele realizava o que estava prescrito, submetendo os presos a atos de extrema violência: “[...] *arrebentar com eles. Socar, chutar, bater com cassetete, dar choque, arrancar unhas...*” (LEAL, 2015, p. 53, grifos da autora).

Além desses métodos, ele refere-se ao estupro, que executava sem nenhum prazer em corpos depauperados. No entanto, ele não se abstinha de fazê-lo, uma vez que “[...] *era um dos itens da lista que cumpríamos*” (LEAL, 2015, p. 77, grifos da autora). Falar que havia uma “lista” que deveria seguir é apontar para a sujeição às regras previamente estabelecidas. Isso pressupõe a obediência. Pilar Calveiro (2013, p. 49, grifos da autora) reflete sobre o quanto essa presidia os atos dos militares de diferentes escalões:

A autorização por parte dos superiores hierárquicos “legalizava” os procedimentos, parecia justificá-los automaticamente, deixando o subordinado sem alternativa aparente exceto a obediência. O fato de fazer parte de um dispositivo apenas como uma de suas engrenagens criava uma *sensação de impotência* que, além de desencorajar a resistência virtualmente inexistente, fortalecia a *impressão de ausência de responsabilidade*. Os mecanismos para despojar as vítimas de seus atributos humanos facilitavam a *execução mecânica e rotineira* das ordens.

Essas ordens não eram questionadas, apenas cumpridas. É o que fazia Ramiro, sequer aventando para a possibilidade de não o fazer: “*Era o que era feito, simplesmente. Não se questionava. Não tentei não fazer*” (LEAL, 2015, p. 77, grifos da autora). O estupro não lhe conferia prazer, mas “*nojo*” (LEAL, 2015, p. 78, grifos da autora). Nojo, porque eram corpos exauridos, mulheres desumanizadas, que já não emitiam quaisquer reações: “[...] *principalmente comendo mulheres que quase já não são humanas, que não olham, não falam ou gritam, que não têm mais eficiência para emitir qualquer tipo de sensação pelos poros, a não ser os cheiros*” (LEAL, 2015, p. 78, grifos da autora). Ressaltar os “cheiros” é muito significativo, porque põe em foco a animalização desses seres submetidos à tortura. Em outro trecho, ao afirmar que todos os torturados acabam se parecendo, ele é ainda mais explícito quanto à desumanização, a qual permite a similaridade com os animais:

No final de tudo, eles ficam todos iguais. Tanto tempo em cativeiro, todos ficam iguais, morrem iguais, ocorre alguma forma de simbiose que você já não diferencia mais uma pessoa da outra, é como se fossem animais, pálidos, magros e famintos, loucos pela liberdade ou pela morte. Ou pelos dois. Nus. Ninguém mais é humano depois de meses de tortura. (LEAL, 2015, p. 53, grifos da autora)

A observação de Ramiro está em consonância com os estudos de Calveiro (2013, p. 98): “Havia um autêntico trabalho de destruição do homem dentro do campo de concentração; por isso o uso da tortura, do terror e de um conjunto de mecanismos de desumanização

e de despersonalização – que [...] têm uma dupla função: destruir a vítima e facilitar o trabalho do algoz”.

Os presos, submetidos a essa violência devastadora, ele denomina genericamente “rebeldes” (LEAL, 2015, p. 51), termo atrelado ao campo semântico daqueles que contrariam a ordem estabelecida. Aqueles cujas ideias divergentes são insubmissas ao governo autoritário, o qual não abre espaço para o dissenso, por isso urge calá-los: “Você pega aquele bando de filhinho de papai, que adora ficar com ideinha comunista e não sabe o que é botar a mão na massa, o que é ter que trabalhar, de fato, e ensina pra eles o que é o certo” (LEAL, 2015, p. 52, grifos da autora). O exemplo destaca a juventude dos militantes e a “ideiazinha comunista” que os mobiliza. É o temor do comunismo que impulsionou os vários golpes que tiveram lugar no Cone Sul, todos eles norteados pela Doutrina de Segurança Nacional. Em nome do combate ao comunismo, as vozes divergentes foram caladas. Submetidos à tortura, esses jovens “rebeldes” foram silenciados e tiveram seus corpos depauperados.

Entre as mulheres torturadas, há uma de quem ele lembra constantemente: a única que “morreu enquanto eu torturava” (LEAL, 2015, p. 89, grifos da autora). Nessa réplica, que ele faz às palavras da terapeuta – “A mulher que você matou” (LEAL, 2015, p. 89) –, ele se exime do ato assassino ao centrar-se em sua atividade, cujo fim se constituía na obtenção de informações, a tortura sendo o meio para consegui-las. Essa mulher é Clara, embora não tenha certeza do seu nome: “Alguma coisa com duas sílabas... Luna, Rosa, Clara, Vera... Algo assim” (LEAL, 2015, p. 79, grifos da autora).

Ao ser aprisionada, a descoberta da gravidez protela a tortura. Esse era procedimento recorrente durante a ditadura: as grávidas eram poupadas até o nascimento dos bebês (CALVEIRO, 2013, p. 83). Depois de dar à luz a “um casal de gêmeos” (LEAL, 2015, p. 90, grifos da autora), cuja menina é adotada por Ramiro, ela é liberada para os interrogatórios. De acordo com as informações que obteve, ela “era uma das cabeças das uniões universitárias, que escrevia

e editava aqueles jornalecos da esquerda peronista estudantil” (LEAL, 2015, p. 89, grifos da autora), por isso, ela é considerada uma prisioneira importante. No entanto, ela mantém-se calada: “Ela não falava. Nunca ouvi sua voz” (LEAL, 2015, p. 90, grifos da autora), não obstante a violência a que é submetida, o que fica transparente em “métodos mais rigorosos” (LEAL, 2015, p. 90, grifos da autora), aludindo às práticas que a levam ao óbito. Ela permanece em silêncio, não emite um grito, porém “parecia que mordida cada vez mais forte, sangrava a boca dela [...]” (LEAL, 2015, p. 90, grifos da autora), tanto pelos murros, quanto pelas mordidas. Referindo-se à sessão causadora da sua morte, Ramiro menciona os diversos métodos que aplicaram em seu corpo já depauperado:

A gente tava aplicando muitos métodos, ela já tava toda arreventada. Foram umas três horas de tortura, intensa. A gente tava com muita raiva. Deixamos ela viva, ela pariu os bebês no nosso hospital, com médicos nossos, e ela não falava. Ela não falava. Uma hora, duas horas, batendo, choque, ela não falava. A gente não parou. Não sei qual foi a hora que ela morreu. Depois mandamos os cabos lidarem com o corpo. Eles devem ter simulado um enforcamento suicida, algo assim, que era como a gente tinha que responder pro pessoal da inteligência quando sem querer morria alguém que não podia, alguém que tinha muita informação. (LEAL, 2015, p. 90-91, grifos da autora)

Observe-se que ele se reporta ao episódio no plural: seria uma tentativa de dividir responsabilidades? Nessa ocasião, há um descontrole dos torturadores, porque agem sob o domínio da raiva. Eles estão frustrados por ela não falar. Mesmo desumanizada fisicamente, como o próprio Ramiro reconhece – “Já não era mais humana” (LEAL, 2015, p. 80, grifos da autora) –, ao resistir, ela se humaniza, frustrando os seus algozes. Clara morre, mas sua resistência interna não sucumbe, mesmo diante da força destruidora a que seu corpo é submetido. Com Clara, ele não teve o prazer de conseguir informações com os métodos que ele se orgulhava de dominar. A pressuposta simulação de suicídio, aponta para a divisão de tarefas. Ele era

o torturador, outros militares – os cabos – se incumbiam do corpo morto, de fazer o apagamento da morte durante a sessão e do seu desaparecimento.

Ramiro é um torturador, disso não se esquece, tanto é que foram seus métodos que ocasionaram a morte de Clara durante uma sessão. No entanto, é importante considerar que ele é afetado pelos seus atos, não ficando imune à barbárie de que ele mesmo é agente. Em duas ocasiões ele revela seu sentimento de culpa. Já na primeira sessão, ele afirma “*Sinto culpa*” (LEAL, 2015, p. 24, grifos da autora). E em outra, ele é ainda mais contundente: “*Sinto culpa das minhas vitórias*” (LEAL, 2015, p. 31, grifos da autora). Quando a terapeuta lhe pergunta o “por quê” (LEAL, 2015, p. 24) da sua culpa, ele silencia, não verbalizando o horror que promoveu. Como parte de uma estrutura macabra, ele também sucumbe. Isso se mostra em seus pesadelos: “*Depois que tudo acabou, nunca mais parei de sonhar com meus gritos*” (LEAL, 2015, p. 57, grifos da autora). Esses “gritos” podem ser vistos como a reencenação metafórica das cenas de tortura. Em outros sonhos ele é assombrado com a reaparição de Clara. É ela que, com seus “lábios carnudos” (LEAL, 2015, p. 91), retorna para atormentá-lo. As discussões de Maria Rita Kehl (2010, p. 130, grifo da autora) sobre as implicações da impunidade da Lei de Anistia no Brasil, sobre o quanto o fato de não ter sido realizado um ajuste de contas revelou-se um trauma também para os torturadores, são adequadas para a análise de Ramiro:

Ocorre que a licença para abusar, torturar e matar, acaba por traumatizar *também* os agentes da barbárie. Não se ultrapassa certos limites impostos ao gozo impunemente. [...]. Não é fácil efetivar a passagem do “sou um homem” para “sou um assassino de outros homens” – ela tem um preço alto. O efeito, para o próprio sujeito, é tão aterrorizante que ele se vê impelido a repetir seu ato mortífero até assimilar de vez sua nova hedionda identidade.

As reflexões da psicanalista podem ser estendidas a Ramiro. O trauma das mortes provocadas, que o transformaram em assassino,

constantemente é renovado nos sonhos-pesadelos. Tendo permanecido impune, considerar “penitência” (LEAL, 2015, p. 57) as noites em que os fantasmas do passado reaparecem é sintomático do quanto é afetado pela não elaboração do evento traumático.

A PRÁTICA DO DESAPARECIMENTO

A questão do desaparecimento é objeto das cartas de Rosa para Roberto, ex-namorado da filha. Ela é uma das muitas mães que buscam seus filhos desaparecidos pelo governo ditatorial. A Junta militar que o preside tem no desaparecimento sua principal característica: “o desaparecimento e o campo de concentração/extermínio deixaram de ser uma das formas de repressão para se tornarem *a* modalidade repressiva do poder, executada diariamente a partir das instituições militares” (CALVEIRO, 2013, p. 40, grifo da autora). Embora fosse um procedimento dos governos anteriores, foi potencializado desde os primórdios do golpe e concebido e praticado dentro das instituições. A ditadura argentina caracterizou-se pelo “poder desaparecer” (CALVEIRO, 2013, p. 28). Na fala de Ramiro, ele refere-se a duas formas de desaparecimento: atirar as pessoas de helicópteros e fuzilar. A grande maioria tinha esse destino trágico. Alguns escavavam e eram sepultados, mas nem por isso tinham uma condição melhor, porque lhes era negada a possibilidade de um ritual fúnebre. Nesses sepultamentos, também se perdia a identidade, uma vez que eram enterrados sem nome. Anos depois, esses cadáveres foram recuperados, e ocorreu uma tentativa de resgatar-lhes a identidade apagada (CALVEIRO, 2013). Passavam a ter uma história. Esse é o caso de Clara, que não apenas recuperou o nome e a identidade familiar, mas o fato de ter dado à luz, o que complementa sua história.

Clara provavelmente foi aprisionada no início de 1977 – Ramiro declara que ela estava no início da gravidez – e morta alguns meses depois do parto, o que ocorreu em agosto, isso considerando que Laura nasceu nesse mês. No entanto, esse período anterior está ausente das cartas de Rosa. Na primeira, datada de 6 de setembro de

1981, ela afirma que a morte da filha foi oficializada, em razão de que ela foi chamada para o reconhecimento do corpo. Os quase cinco anos de busca apenas aparecem como um movimento que dava sentido a sua vida, o que revela o temor do vazio que lhe possa advir desse reconhecimento. Ela é explícita quanto ao desejo de que não ocorra este fecho: “*Não quero que a minha busca acabe*” (LEAL, 2015, p. 11, grifos da autora) e, a seguir, com a arguta consciência do que isso significa, completa: “*Se pudesse escolher, escolheria buscar sempre, pois parece que toda a razão da minha existência agora é procurar*” (LEAL, 2015, p. 12, grifos da autora).

Essa carta também alude à aproximação de Rosa com as Mães da Praça de Maio, das quais certamente se acercou ao perder o contato com a filha. O grupo, que logo passou a ser chamado de “Madres de la Plaza de Mayo”, foi formado por mães, pais e familiares de desaparecidos políticos que, em 30 de abril de 1977, iniciaram um movimento de resistência ao caminhar em torno da Pirâmide de Maio. Na ignorância do destino que lhes coube, essas mães buscam seus filhos na expectativa de que ainda estivessem vivos, mas angustiadas com a possibilidade de estarem mortos. Rosa está entre essas que esperam: “*Esperar pelo dia em que Clara não voltaria mais. Depois esperar pelo seu retorno. Esperei cinco anos até o telefone tocar*” (LEAL, 2015, p. 38, grifos da autora).

Ela faz parte dessa associação, tanto que através das outras mães conhece fatos relativos à atividade política da filha, bem como são elas que lhe transmitem a experiência do confronto com os restos mortais dos filhos: “*As outras mães da praça dizem que o encontro com os corpos dos filhos é tenebroso, porém gera alívio*” (LEAL, 2015, p. 11, grifos da autora). Ou seja, é um ritual necessário para a realização do luto. Esse enfrentamento, além de ser difícil, significa o reconhecimento da morte da filha, lhe tirando toda a expectativa de que ela esteva viva. Ao final dessa carta, ela se mostra atemorizada ao perceber que o confronto com a verdade não seria fácil.

O relato sobre o ritual de reconhecimento data do dia 25 de setembro. Mesmo que ela já tivesse sido advertida sobre o quão terrível seria esse momento, ela tem dificuldade de narrar sobre o impacto diante dos ossos da filha, mas ele é traduzido pelas suas reações físicas:

E aí, nessa sala, eles trouxeram uma caixa com restos mortais de alguém, que poderiam muito bem ser ou não ser da Clara. Eu não vi muito, confesso que bati o olho e já disse logo que assinaria o que eles quisessem. É assim que acontece. Ver tão de perto, de forma tão fria e direta, os restos mortais de alguém [...] é atemorizador. Na hora, o que acontece é uma súbita vontade de chorar incontrolável, que você não sabe de onde vem. O aperto na garganta vem como que descarga elétrica, de uma vez só, e as pernas ficam bambas. Você não questiona, você vai logo e assina o que quiserem que você assinie. [...]. Mas o cheiro da sala, com o peso da situação... a impressão que dá é que, enquanto você não se render, eles vão ficar ali te mostrando aqueles ossos. Sem parar. E a descarga na garganta não cessa. (LEAL, 2015, p. 27, grifos da autora)

É uma cerimônia de luto, um luto que ela precisa viver. Esse confronto foi “tenebroso” também para Rosa. Tanto é assim que ela não suporta a crueza de estar diante dos ossos da filha e procura abreviar esse momento. Momento de extrema dor, manifesta no corpo. Suas reações pressupõem a realização do luto, o qual “gera alívio”, conforme o relato das outras mães.

A morte de Clara tornada oficial significa resgatá-la da condição de desaparecida, na qual permaneceu por quase cinco anos, livrando-a do anonimato dos que foram enterrados sem nome (*nomen nescio*). Essa circunstância limite para essa mãe também representa a perda das esperanças, porém ele foi fundamental para que ela tivesse forças para se abrir à nova etapa: a busca por um neto/neta.

O SEQUESTRO DOS BEBÊS

Durante a ditadura militar argentina estima-se que 500 crianças tenham sido sequestradas e entregues a militares ou a simpatizantes

do regime para serem criadas como filhos biológicos, sem menção às origens, portanto negando-lhes a identidade. Isso aconteceu com os recém-nascidos ou com aqueles que tinham até quatro anos, “porque, nessa idade, ainda não tinham sofrido a influência política dos seus pais” (QUADRAT, 2003). Às mais velhas não lhes era dado o direito à vida, sobretudo àquelas em torno de dez anos, pois estas já teriam sucumbido à influência dos progenitores. Os manuais de instrução sobre o tema elaborados pelo Exército, que escaparam da incineração generalizada feita antes de os militares deixarem o poder, “permitem comprovar duas coisas: a apropriação de crianças foi uma prática de Estado, assim como o extermínio em massa, sem se importar com qualquer ética ou questão humanitária na medida em que até crianças eram vistas como ameaças” (QUADRAT, 2003).

As apropriações de bebês nascidos em centros clandestinos ou no Hospital Militar eram sistemáticas, sendo estes logo doados, e os “beneficiados as registravam como sendo filhos naturais ou adotados” (QUADRAT, 2003). Em qualquer das circunstâncias a origem estava perdida, impondo-lhes a nova identidade familiar, muitas vezes a mesma “do responsável direto pela morte de seus pais” (QUADRAT, 2003).

É nesse contexto de sequestros, apropriações e adoções ilegais que surgem as “Abuelas de Plaza de Mayo”. Ao perceberem que não se tratava de casos isolados, mas que tal situação representava “um drama que estava alcançando proporções nacionais, levou algumas mulheres a se reunirem em um grupo, que teria como objetivo encontrar e restituir as crianças sequestradas desaparecidas” (QUADRAT, 2003). Essa associação surgiu em 15 de maio de 1977, apenas duas semanas depois da constituição das denominadas “Madres de la Plaza de Mayo”.

A mobilização de Beatriz Leal para a escrita foi justamente quando tomou conhecimento de tal agremiação. Em seu livro a adoção ocupa um lugar central. Laura, que no presente da narrativa tem quase trinta anos, enquadra-se entre os netos que foram apropriados e adotados por militares, os quais desconheciam sua ascendência. Ela também ignora que Elena e Ramiro não são seus pais biológicos.

Sobre a origem da criança, nem a própria Elena sabe sobre os trâmites pelos quais passou o marido para ter acesso a ela, pelo menos não inicialmente. Isso se deduz de suas reflexões, quando a criança tem por volta de três anos: “Imaginava como seria sua mãe biológica” (LEAL, 2015, p. 23). Porém, passados três anos, ela “evita [...] pensar nas origens da própria filha” (LEAL, p. 49). No final desse capítulo, ela está preocupada com o relacionamento de Ramiro com a menina depois de sua morte (nesse momento ela está com doença terminal), o que se revela em sua percepção sobre o que deveria fazer: “E então ela compreendeu qual era o seu real papel de mãe. A liga” (LEAL, 2015, p. 50). Estaria ela se reportando às “Avós da Praça de Maio”? Estaria ela querendo denunciar a condição da filha? Nada é dito sobre o que fez, mas sabe-se que contou a Rosa que Laura era adotada. Isso é revelado em uma das cartas que ela (Rosa) escreve a Roberto. Apesar do silenciamento de Elena, esses poucos indícios permitem inferir que, quase seis anos passados da adoção, ela não é mais ingênua quanto à possibilidade de Laura ser filha de uma militante política, apropriada pelos militares e doada ao marido.

É interessante observar que o ano de nascimento de Laura (1977) coincide com o da constituição da associação das “Abuelas”, que, ao final desse ano, já está formado. Em 1983, a menina com seis anos, as atividades do grupo são amplamente conhecidas, inclusive em âmbito internacional. Certamente essa visibilidade propiciada por sua atuação contribuiu para a consciência de Elena sobre as origens da filha. Essa consciência, cujo processo não é apresentado ao leitor, é paralela a sua compreensão das dificuldades do marido com a criança: “A maior preocupação de Elena era sobre como seria a relação entre Laura e Ramiro depois que ela não estivesse mais ali” (LEAL, 2015, p. 50). Nada é dito sobre essas percepções e sobre o marido.

Nas sessões de terapia de Ramiro, não há dúvidas quanto à origem de Laura: ela é filha de Clara, que morreu em sessão de tortura, conduzida por ele. Nesse sentido, o romance está em sintonia com

um aspecto histórico amplamente disseminado: filhos de militantes serem adotados pelo mesmo torturador que vitimou a mãe.

Quanto à Rosa, ela somente toma conhecimento de que se tornara avó depois da cerimônia de reconhecimento dos ossos da filha. Ao sair do departamento de polícia é contatada por uma jovem que se apresenta como representante das avós, que lhe afirma ter alguns outros dados sobre Clara para lhe revelar. O fato de a jovem estar ligada a essa associação imediatamente alerta Rosa para a possibilidade de ter-se tornado avó. Porém, ela mostra-se indecisa quanto a iniciar ou não essa nova etapa: “*ainda não decidi se a busca vai continuar ou se vou parar por aqui*” (LEAL, 2015, p. 28, grifos da autora). A indecisão é de tal ordem que, na primeira vez que ela se dirige à associação, ela sequer se identifica. Até então, ela desconhecia essa outra agremiação, que tinha como objeto “*procurar filhos dos desaparecidos. Acredita-se que muitos desses bebês foram entregues à adoção depois de nascer em cativeiro ou no hospital da polícia*” (LEAL, 2015, p. 39, grifos da autora). As datas das cartas evidenciam que ocorreu um processo até Rosa dispor-se a encarar as revelações que a jovem lhe anunciara e ir até as “Abuelas” com vistas a saber a verdade. A carta em que a jovem a abordou à saída da prefeitura é de 25 de setembro de 1981, enquanto a que ela tem conhecimento da verdade é de 3 de junho de 1982, ou seja, há um intervalo de quase 9 meses entre as duas. Mesmo admitindo-se que não haja nenhum problema nessa defasagem de tempo, considerando-se a importância da revelação, acredita-se que ela não deixaria passar muito tempo sem notificar o genro sobre a possibilidade de ele ser pai. Pressupõe-se que a distância entre fato e escrita tenha decorrido da necessidade de ela elaborar essa notícia até sentir-se fortalecida para o confronto com essa nova situação e dispor-se à continuidade da busca. Ela aceita as informações das “avós” de que Clara deu à luz para o que suas palavras não deixam dúvidas: “*Voltei a buscar*” (LEAL, 2015, p. 47, grifos da autora).

Sua busca, porém, não se resume a procurar em rostos de meninas traços da filha e no de meninos os de Roberto quando de suas

andanças pela cidade. Ela faz algo ainda mais efetivo: muda-se para Ricoleta. Embora seja um local muito caro, comprometendo sua renda com o pagamento da casa, “*é lá a maior concentração de milico por metro quadrado*” (LEAL, p. 60, grifos da autora). A associação, à época já atuante há quase seis anos, lhe recomendou o bairro, uma vez que “*Grande parte das crianças adotadas com berço de Cacha devem estar sendo criadas ali, [...]*” (LEAL, 2015, p. 60, grifos da autora).

Logo ela se insere na associação de avós e passa a frequentar suas reuniões. Em carta de 13 de janeiro de 1985, ela se considera uma delas: “*Nós, avós da Praça de Maio, em alguns contextos somos chamadas de senis*” (LEAL, 2015, p. 103, grifos da autora). São elas que lhe encaminham alunos, entre outros, Rodrigo, com quem seu papel extrapola ao de professora de piano, cuidando do menino para além das aulas: apanhava-o na escola, ajudava-o nos temas e levava-o ao parque. Em um desses dias em que está no parque com o menino, ela conhece Laura, que brinca com Rodrigo em perfeita interação, manifestando cumplicidade nas brincadeiras, o que lhe oportuniza falar com a mãe da criança, Elena, a qual não é muito receptiva. Apesar de ela não gostar da intrusão, logo propõe levar Laura para uma aula experimental de piano.

A carta de 10 de abril de 1983 é a primeira em que ela se refere à Laura; e a de 13 de janeiro de 1985 é a última. Nessa, ela relata um episódio que lhe dá certeza de que a menina não mais retornará às aulas. São quase dois anos de convivência, nesse ínterim as cartas são esparsas – na última ela justifica que a ausência de cartas decorreu do fato de ter-se concentrado em Laura, criando artifícios para tornar as aulas agradáveis para não irritá-la, pois “*não queria de forma alguma perder aquela aluna*” (LEAL, 2015, p. 103, grifos da autora). Além dessas duas, há apenas mais uma, com data de 30 de maio de 1983. Essa é muito importante. Em menos de dois meses de convivência Elena já lhe revelou que Laura era adotada, o que deixou Rosa impactada: “*Minhas mãos começaram a tremer da mesma forma que tremeram quando Elena me contou que Laura era adotada*” (LEAL,

2015, p. 94, grifos da autora). A circunstância que motiva a comparação é o relato de Ramiro sobre o estado precário da mulher, o que ele fez com “*voz suave e chorosa*” (LEAL, 2015, p. 94, grifos da autora), o que a sensibilizou. Nas duas circunstâncias é o corpo que manifesta a perturbação que a avassala. Interessa sobretudo sua reação ao saber da condição da menina: a tomada de conhecimento da adoção e o fato de o pai ser um militar são o suficiente para mobilizar essa avó que está buscando pelo(a) neto(a). O seu choque, revelado no corpo, não deixa dúvidas da ebulição que a consumiu. O corpo fala o que as palavras silenciam. Nada é dito sobre seu processo de consciência, porém, a revelação de Elena, somada à ocupação de Ramiro, foi decisiva, para identificar Laura como a neta que buscava.

Nessa carta fica expresso o carinho e o cuidado com a menina. Como uma avó amorosa, procura lhe satisfazer os desejos: faz o “*bolo de ‘nada’*” (LEAL, 2015, p. 93, grifos da autora), o “*favorito de Laura*” (LEAL, 2015, p. 93, grifos da autora), e coa o suco de laranja, pois ela “*não gosta dos pedacinhos*” (LEAL, 2015, p. 93, grifos da autora). Nas aulas de piano, ao perceber que a menina prefere teoria à prática, ela prioriza o estudo da teoria. Para facilitar-lhe o exercício, coloca adesivos nas teclas, com o que nunca concordou e o que nunca fez para outros alunos. Mas, por perceber que ela não tinha aptidão para a música, e por ter “*medo de Laura desistir das aulas*” (LEAL, 2015, p. 94, grifos da autora), ela recorre a esse artifício.

Voltando à última carta, nela ela revela sua convicção do parentesco: “*Mas depois que Laura passou a frequentar não só a minha casa, mas também a minha rotina, nunca mais achei que qualquer outra criança pudesse ser filho de Clara que não Laura*” (LEAL, 2015, p. 103, grifos da autora). No entanto, não deseja se desgastar para provar a ligação biológica, pois já sabe através das outras avós que o processo é penoso e demorado; basta-lhe usufruir “*essas preciosas horas que eu tenho com ela na semana, e viver de ilusão*” (LEAL, 2015, p. 104, grifos da autora).

Nessa carta, ela extravasa o seu desespero, pois intui que Ramiro não mais trará a menina para as aulas, isso porque flagrou o seu olhar para alguns papéis sobre as “*Avós da Praça de Maio que eu esqueci de esconder*” (LEAL, 2015, p. 105, grifos da autora). Ela termina a carta em tom de desespero e o termo “*Socorro*” (LEAL, 2015, p. 105, grifos da autora) que a fecha é eloquente. Essa é a última palavra escrita por Rosa. Em tal carta, ela sequer coloca sua assinatura, o que dá a dimensão do seu estado emocional.

“A PEÇA DO QUEBRA-CABEÇA”

Laura é a filha de Clara, morta em sessão de tortura presidida por Ramiro que, ato contínuo ao seu nascimento, adotou-a; é a neta que Rosa logo identificou, por isso cumprir o papel de avó nas horas que partilhava com a menina. Laura não sabe de sua origem, no entanto, sente-se desconfortável com a sensação de incompletude, a qual se revela na metáfora “a peça do quebra-cabeça que falta” (LEAL, 2015, p. 9), repetida algumas vezes no romance para indicar sua condição. Ela é sintomática da existência de algo não identificado que a perturba, mas de cujo confronto ela procura fugir.

O sentimento de vazio que a atinge é, certamente, a manifestação mais contundente de seu desconforto. Por isso, procura enfrentar esse vácuo criando problemas e, ao buscar soluções, se afastar do “Perigo [de] ficar em silêncio” (LEAL, 2015, p. 7-8). Maximizá-los é a forma de não encarar o problema maior, que a assombra, e é apenas vislumbrado em algumas poucas circunstâncias. Essa nostalgia, associada a essa “peça que falta”, decorre da ruptura abrupta com suas raízes, tão necessárias para a constituição identitária. De acordo com os estudos de Simone Weil (2001, p. 43), o enraizamento é fundamental para o ser humano, pois pressupõe “sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

A ruptura com tudo que representa a Argentina é imposta à menina por Ramiro. Todavia, nem por isso ele mantém com a filha laços

minimamente satisfatórios. Aos treze anos, Laura percebia a existência de uma “linha de distância” (LEAL, 2015, p. 21) entre eles. Com o pai, o hiato que os separa não é nunca superado e o sentimento de que não havia sintonia se instaura: “Faltava a peça do quebra-cabeça, a liga. Laura também não sentia que conhecia seu pai por completo, que estava de fato inserida na rotina dele. Havia conflitos de menos. Eles dividiam uma casa e um passado em comum. E só” (LEAL, 2015, p. 21). O trecho é muito elucidativo do distanciamento que havia entre os dois e da inexistência de um envolvimento afetivo. Sua compreensão do desajuste, expresso na metáfora “peça do quebra-cabeça” que estava faltando, afigura-se revelador, uma intuição que a personagem não persegue.

Esse corte se estende aos vínculos afetivos primordiais: com a mãe e com a língua. Da mãe, Ramiro não lhe concede “sequer [...] uma foto” (LEAL, 2015, p. 22); e da língua, ele “proibiu-a de falar espanhol em casa [...]” (LEAL, 2015, p. 64). Maria José de Queiroz (1998, p. 57), ao referir-se à importância do idioma, afirma que ela, no exílio, “converte-se na metáfora da pátria.” E acrescenta: “Só quem se vê privado de seu uso, na intimidade do dia-a-dia, sabe estimar-lhe a falta” (QUEIROZ, 1998, p. 57). Pode-se imaginar as consequências dessas determinações para a menina. Por outro lado, esses cortes também significaram a ruptura dos vínculos que havia entre eles: “[...] Ramiro eliminou outra liga que havia restado, após a morte de Elena, entre ele e a filha: o idioma” (LEAL, 2015, p. 64).

Essas perdas são essenciais para o sentimento de incompletude de Laura, extravasadas em várias oportunidades. Em alguns momentos elas são apresentadas por meio de sua tristeza e desconforto em relação a sua vida. Porém, em uma ocasião são explicitadas, mostrando a arguta consciência de suas perdas, sobretudo, aquelas relacionadas às origens: “Hoje, depois de tudo perdido, a mãe, a nacionalidade, o idioma, a virgindade, o primeiro amor, as estribeiras, não havia mais espaço para a perfeição. [...] Laura sente falta das aulas de piano” (LEAL, 2015, p. 41). Alguns dos aspectos que se incluem nesse

“tudo perdido” estão relacionados a sua primeira infância, e põem em destaque sua identidade argentina, cuja ruptura foi determinante. É interessante que ela tenha saudades das “aulas de piano”, metonímia de sua professora, avó de sangue, porque dela se afastou aos seis anos (1983) e com quem conviveu por pouco tempo, menos de dois anos. Essa não é a única oportunidade que ela também lembra das aulas ou da professora de piano. É muito significativo que ela recorde de detalhes dessa professora, como as “unhas ruídas” e os “dedos que tremiam”, uma vez que já se passaram mais de vinte anos. Na realidade, esses detalhes permaneceram devido à importância do elo afetivo que foi construído com essa avó, apesar de ela não saber desse vínculo sanguíneo. Essas perdas, aliadas às manifestações de tristeza, são consequência do seu desenraizamento, questão discutida por Tzvetan Todorov (1999, p. 27): “O homem desenraizado, arrancado de seu meio, de seu país, sofre em um primeiro momento: é muito mais agradável viver entre os seus”. Expurgada das suas raízes, Laura ressentia-se desse afastamento.

A ruptura com tudo o que estivesse relacionado ao país natal é aceita por Laura, que “não ousava resgatar qualquer associação à cultura argentina enquanto morava com o pai” (LEAL, 2015, p. 62). É por essa razão que somente depois de ir viver sozinha que ela se dispõe a fazer aulas de tango e de espanhol. Quanto ao tango, a expectativa de que lhe despertasse recordações adormecidas é logo frustrada. Após um início em que pode “se sentir um pouco mais argentina por alguns instantes” (LEAL, 2015, p. 63), imaginando-se acolhida – “Era como se o país estivesse dizendo ‘Bienvenida!’, na voz de Gardel” (LEAL, 2015, p. 63) –, ela logo percebe que a dança não lhe propiciaria as ansiadas evocações do passado.

É bem diferente o que acontece com o espanhol. Desde a primeira aula Laura sente-se impactada, mobilizada pela escuta dessa língua. “Um incômodo estranho” (LEAL, 2015, p. 64) é o anúncio para o retorno do recalcado, e o aflorar de reminiscências do passado se impõe: “Tudo volta, o desenho borrado impressionista do rosto da mãe,

o cheiro de café e pão com ou sem manteiga da casa de dois andares da Recoleta, as aulas de piano” (LEAL, 2015, p. 64-65). As duas pessoas representativas da sua infância – a mãe e a professora de piano, que é nomeada indiretamente – estão entre as primeiras recordações evocadas. Também é interessante a rememoração dos cheiros e da casa, principalmente do local onde ela se situava. A irrupção dessas lembranças lhe permite reconhecer que “talvez estudar espanhol fosse a melhor forma de resgatar a memória.” (LEAL, 2015, p. 65). Apesar do sentimento de desconforto diante do elogio do professor, ela vai embora “ansiando a próxima aula” (LEAL, 2015, p. 66).

A substituição do mestre por uma professora argentina com sotaque portenho é da maior importância. Ouvi-la falar próxima de si faz aflorar memórias da infância e as imagens, antes imprecisas, adquirem um “foco perfeito” (LEAL, 2015, p. 73):

A sensação de quando os óculos corrigem a miopia pela primeira vez: as áureas que circundam os objetos antes de colocar os óculos se juntam muito rapidamente à coisa principal. Encaixe. Laura lembra dos traços do rosto da mãe e de seus lábios finos e como se questionava por que seus lábios eram tão grossos, diferentes do pai e da mãe. Lembra do parquinho onde brincava e do amiguinho que também era aluno da mesma professora de piano. Lembra do sabor doce do suco de laranja feito pela professora todo final de aula de piano. Lembra do seu quarto e do cheiro do amaciante que sua mãe usava nas fronhas. Lembra da expectativa que era aguardar o retorno do pai do trabalho e como eles se reuniam na frente da televisão após o jantar. Lembra da gritaria de crianças correndo na rua nos fins das tardes de domingo. Lembra de árvores de Navidad e de batatas fritas no almoço, batatas que sua mãe cortava em formato de palitos. Laura lembra dos primos e das tias, da avó materna, que nunca mais viu. (LEAL, 2015, p. 74)

A metáfora dos “óculos [que] corrigem a miopia” é reveladora. Considerando que logo se impõe a lembrança da mãe e dos seus questionamentos em relação aos lábios finos dos pais, diferentes dos seus, que eram grossos, se pode aventar a possibilidade de ela finalmente, aos vinte e oito anos, ter tido uma luz sobre sua

origem. No entanto, ela não segue esse pensamento, se o seguisse sua vida seria desconstruída. Ela intui essa origem, mas não se dispõe a rastreá-la. Sucedem-se imagens de um cotidiano familiar e de compartilhamento de brincadeiras com outras crianças. As imagens desse passado a impactam. Ato contínuo, vai ao banheiro e chora sua solidão, o afastamento dos familiares, que nunca a procuraram. Entre os que são resgatados, está a professora de piano e surpreende-se por “recorda[r] mais [dela] do que de suas avós” (LEAL, 2015, p. 75). Sem procurar desvelar significados mais profundos ela, ao contrário, abandona as aulas de espanhol e cancela uma viagem a Buenos Aires, já previamente programada, preferindo abortá-la a proceder a questionamentos que poderiam levá-la à compreensão de si, do desconforto de sentir que algo estava faltando. Questionar não está entre os seus hábitos. A isso, prefere “preencher o tempo obsessivamente com atividades aleatórias” (LEAL, 2015, p. 75). O “sentimento incômodo” (LEAL, 2015, p. 62) que a oprime é escamoteado pela assunção de múltiplas tarefas, bem como ao se submeter a fazer coisas de que não gosta: “ach[a] rodas de violão um saco.” (LEAL, 2015, p. 62). É para se ocupar, escapando ao confronto consigo mesma, que procura preencher o tempo.

Sua estratégia de ocupar-se compulsivamente a protege dos questionamentos e também do sofrimento que a ruptura com a terra de origem lhe acarretou. As reflexões de Edward Said (2003, p. 50) permitem compreender que a condição do exilado se apresenta como uma “fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: [...]” Laura, no entanto, resguarda-se desse sofrimento por meio do acúmulo de atividades. E quando as lembranças recalçadas irrompem, ela não resiste e chora, porém não se deixa consumir por elas, não permitindo que voltem a assombrá-la, o que a desistência da viagem a Buenos Aires deixa entrever.

Laura não deseja sequer visitar a terra natal, cujas lembranças dolorosas são reprimidas. Porém, sua relação com Brasília é de não pertencimento, embora nela more desde os dez anos. Não obstante ressaltar que “criou um tipo de intimidade com a cidade que ninguém mais tira” (LEAL, 2015, p. 61), sua não integração é posta em destaque. Isso se mostra ao sentir-se uma “turista em uma cidade nova” e ao “se reconhece[r] uma intrusa em um território onde as pessoas não são tão claras a respeito da intenção delas” (LEAL, 2015, p. 61). As metáforas “turista” e “intrusa” apontam para a estraneidade que mantém com o local da acolhida. Os dois termos mostram sua condição de exterioridade, de estar “fora do lugar” (SAID, 2009). Em seu livro de memórias, Said (2004, p. 328) refere-se a esse sentimento de estar deslocado, que o acompanhou ao longo da vida: “O fato de viver em New York com a sensação do provisório apesar de 37 anos de residência aqui salienta mais a desorientação do que as vantagens que auferi”. Essa parece ser a situação de Laura, posto não se sentir integrada à cidade, o que essas metáforas desvelam. As reflexões de Julia Kristeva (1994, p. 15) sobre os percalços do estrangeiro também permitem compreender sua condição: “A origem perdida, o enraizamento impossível, a memória imergente, o presente em suspenso. O espaço do estrangeiro é um trem em marcha, um avião em pleno ar, a própria transição que exclui a parada”.

Laura, o bebê adotado por um militar, tem sua vida marcada por esse ato. Mesmo sem saber dessa circunstância, ela sente um desconforto insubmisso a explicações. Não obstante seu duplo desenraizamento – da família e da terra natal –, ela foge a questionamentos reveladores, camuflando seu sofrimento com o acúmulo de tarefas. A perda das suas origens é traumática, tanto é assim que ela recalca qualquer possibilidade de acercar-se da verdade. Em decorrência disso, sentindo-se não pertencente à cidade e sem laços afetivos, o “exílio interior” (NOUSS, 2018, p. 57) é-lhe inerente. As palavras de Alexis Nouss (2018, p. 57) ajudam na compreensão da personagem: “Todo exílio, no entanto, é um exílio interior, na medida em que sua

experiência, antes de tocar o corpo deslocado, imprime a marca psíquica da lágrima, de uma exclusão experimentada na interioridade, uma consciência diante de uma condição”².

NOTA CONCLUSIVA

As vozes de *Mulheres que mordem* apresentam diversas faces dos tempos sombrios da ditadura argentina. Embora em diferentes níveis, todas essas mulheres foram afetadas por esse poder repressor, que procurava calar sujeitos insubmissos. As respectivas mordidas podem ser vistas como metáforas de resistência: de Elena, às agruras do casamento; de Rosa, à angústia da espera; de Clara, a resistência à tortura; e de Laura, ao aflorar do recalçado.

Laura é o eixo centralizador entre essas mulheres. Ter sido sequestrada e adotada pelo torturador responsável pela morte da mãe e afastada da família biológica não é sem consequências. Ignorante das origens, ela não persegue os indícios que lhe permitiriam resgatar as raízes perdidas. Por isso, pode-se afirmar que sua história é de desencontros: desse “pai”, o seu movimento é de afastamento até a dissolução mais absoluta dos laços; da avó-professora de piano, ela é abruptamente afastada. Essa avó, que não desejou enfrentar um processo para o reconhecimento do parentesco, perde-a definitivamente.

Entre esses encontros-desencontros cabe lembrar aquele com Bob – trata-se de Roberto, o pai biológico e destinatário das cartas de Rosa –, que acontece em Búzios, para onde Laura viajou com o “namorado de olhos verdes” (LEAL, 2015, p. 75). Com ele, ela se expande, sendo espontânea e falante, tanto que surpreende o namorado: “talvez ela conte mais do que ele já conseguiu desvendar nos últimos seis meses” (LEAL, 2015, p. 99). Bob, por sua vez, nela constata traços da antiga namorada. Porém, ignorante da paternidade, a percepção

² Tradução minha do original: “*Tout exil, néanmoins, est un exil intérieur dans la mesure où son expérience, avant de toucher les corps déplacé, imprime la marque psychique de la déchirure, d’une exclusion vécue d’abord dans l’intériorité, une conscience avant une condition*”.

de semelhanças não significa reconhecimento. Motivado por esse encontro, ele resolve escrever para Rosa, falando-lhe de Laura e respondendo-lhe perguntas feitas há muitos anos. No entanto, essas cartas se constituem em outro desencontro. Nem ele recebeu as da ex-sogra, quando ela lhe fez o relato sobre ele ter-se tornado pai e da menina que identifica como neta, pois ele já havia se mudado quando essas missivas lhe foram enviadas; e nem Rosa receberá essa carta, pois há muitos anos havia trocado de endereço. Isso considerando que ainda estivesse viva.

Laura seguirá sua vida na ignorância das origens, fugindo de tudo que não se enquadra em sua “vida burocrática” (LEAL, 2015, p. 42), a qual se estende às relações afetivas, sejam elas de amizade, sejam as amorosas. Seguirá sendo alguém não pertencente, uma “turista” e “uma intrusa”, alguém “fora do lugar”. A adoção a marcou definitivamente. Essa é uma das faces cruéis dessa ditadura. Mais cruel ainda foi ter sido adotada pelo torturador da sua mãe biológica. À morte sob tortura, seguiu-se o desaparecimento do corpo, o qual permaneceu nessa condição por quase cinco anos. Cinco anos de desespero para uma mãe, que transformou sua vida numa busca implacável. *Mulheres que mordem* nos faz pensar na barbárie das ditaduras que tiveram lugar no Cone Sul, barbárie que ainda ressoa nas vozes que continuamos ouvindo...

REFERÊNCIAS

- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEAL, Beatriz. *Mulheres que mordem*. Rio de Janeiro: Motor: Imã Editorial, 2015.
- LEAL, BEATRIZ. “A arte é uma libertação” [Entrevista concedida a] Nanah Vieira. *Revista Seca*, 14 de julho de 1917. Disponível em: <http://revistaseca.com/entrevista-e-perfis/entrevista-com-beatriz-leal/>.

com/entrevista-e-perfis/entrevista-com-beatriz-leal/. Consulta realizada em 3 de outubro de 2019.

NOUSS, Alex. *La condition de l'exilé*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 2015.

QUADRAT, Samantha Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. – História vol 22 no. 2 Franca 2003 – Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-9074200300020001001-10-2019>. Consulta realizada em 01 de outubro de 2019.

QUEIROZ, Maria José de. *Os males da ausência ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maria Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward. *Fora do lugar: memórias*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TODOROV, Tzvetan. Voltar. In: TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Trad. Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 11-29.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001.